

CANDIDATURA A PREFEITO DE ARACAJU

COLIGAÇÃO ARACAJU DE TODOS NÓS (PT, PROS, REDE)

PROPOSTAS

O DIREITO À CIDADE

O Direito à Cidade precisa se tornar realidade para os cidadãos de Aracaju. Isso significa a garantia do direito a uma cidade sustentável, à terra urbana, à moradia ("não ter moradia é não poder permanecer na cidade"), ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte ("uma cidade só existe para quem pode se movimentar nela"), aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

Estamos falando de transformar e projetar uma nova cidade, na qual predomine o valor de uso baseado nas necessidades das pessoas, principalmente daquelas que estão excluídas de serviços básicos ou da propriedade, invertendo a lógica do interesse econômico, cujas desigualdades dele decorrentes se reproduzem na perversa segregação socioespacial.

UMA CIDADE PLANEJADA

Mais de 80% da população brasileira vive em áreas urbanas, sendo que grande parte dos habitantes em situação de vulnerabilidades socioespaciais, cenário que também é visto na nossa cidade de Aracaju, a capital que concentra 30% da população de Sergipe.

Para transformar essa realidade, o planejamento urbano terá papel central na nossa gestão, porque quando não há planejamento a cidade cresce desordenadamente, com a multiplicação de assentamentos precários e muitos outros problemas decorrentes, como tem acontecido em Aracaju.

Neste conjunto de propostas assumimos compromissos com o presente e com o futuro de Aracaju, a partir da valorização e aplicação de um planejamento urbano integrado e holístico, que perpassa a diversidade das políticas públicas em seus variados âmbitos e dimensões.

Vamos tornar Aracaju uma cidade planejada, sustentável e colaborativa, que privilegia o uso e ocupação do solo, a infraestrutura e os serviços urbanos,

tomando como premissa a urgente necessidade de revisão do Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Urbano e as intervenções prioritárias nas localidades mais necessitadas.

Um planejamento urbano constituído pelo arcabouço do Direito à Cidade e atrelado na pauta do Estatuto da Cidade, da Agenda 21 e das premissas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, possibilitando que as tomadas de decisões sejam amplamente discutidas e fundamentadas intersetorialmente em diálogos intersecretarias, instituições e sociedade.

NOVO PLANO DIRETOR E O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Propostas:

1. Construir, de forma participativa, um novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, baseado em uma territorialização atualizada e ilustrada pelo macrozoneamento urbano, e incorporando os instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade.
2. Elaborar (ou revisar), a partir de uma abordagem participativa e integrada, os planos complementares (mobilidade, saneamento, habitação e arborização).
3. Compatibilizar os códigos complementares (obras, parcelamento do solo e meio ambiente) com o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.
4. Incentivar e induzir a mistura de atividades e usos do solo.
5. Promover intervenções prioritárias nos assentamentos precários (moradia, infraestrutura, equipamentos urbanos, paisagem urbana, acessibilidade e qualificação ambiental).
6. Repovoar o Centro Histórico e entorno através da mistura de usos e revitalização econômica, de serviços, atividades culturais, turísticas e de lazer, incluindo a concessão de incentivos fiscais e construtivos.
7. Incentivar a ocupação do solo em espaços da cidade com o objetivo de dinamizar o desenvolvimento econômico, turístico, segurança pública, acesso aos equipamentos urbanos e a qualificação ambiental.
8. Promover a utilização de energias limpas, solo permeável, conservação ambiental e incentivo à bioarquitetura, com atenção

especial à Zona de Expansão Urbana, visando a garantia da sustentabilidade ambiental.

9. Implantar continuamente infraestrutura verde (arborização nas calçadas, qualificação de praças e parques, criação de novas áreas verdes).

HABITAÇÃO

Propostas:

1. Dar efetividade ao Plano de Habitação de Interesse Social.
2. Ativar o Conselho de Habitação e o Fundo Municipal de Habitação.
3. Priorizar a construção de infraestrutura, a qualificação dos espaços públicos e a oferta de serviços urbanos nas áreas de assentamentos populares.
4. Cumprir a lei de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (Athis).
5. Identificar e viabilizar a adoção de novas tipologias residenciais mistas para a construção de novas moradias.

MOBILIDADE URBANA

Propostas:

1. Garantir a gestão integrada dos serviços de transporte metropolitano, implantando o Consórcio de Transporte Público Coletivo Intermunicipal previsto na Lei nº 266/2015.
2. Realizar a licitação do transporte público coletivo, no âmbito do Consórcio de Transporte Público Coletivo Intermunicipal.
3. Elaborar de forma participativa e aprovar o Plano de Mobilidade Urbana de Aracaju, em consonância com o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.
4. Implantar a integração temporal que permitirá ao usuário do transporte coletivo trocar de linha em qualquer ponto de ônibus e não apenas nos terminais de integração.

5. Elaborar e implementar lei municipal de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), que torne obrigatório o Relatório de Impacto de Circulação (RIC) sempre que o empreendimento seja um pólo gerador de tráfego.
6. Criar o Estatuto do Pedestre, estabelecendo políticas públicas para a melhoria de calçadas, de áreas de travessia, da manutenção das vias e de educação para o trânsito.
7. Distribuir os recursos municipais para mobilidade proporcionais ao uso de modais sustentáveis e coletivos.
8. Realizar estudo de viabilidade e de demanda para o transporte fluvial (Rios do Sal/Sergipe e Poxim/Sergipe) e, sendo viável, tornar realidade por meio de concessão pública.
9. Garantir a participação social com a implantação do Conselho Deliberativo de Mobilidade Urbana de Aracaju, paritário e composto por instituições de ensino, organizações do terceiro setor, movimentos sociais, entidades representativas dos trabalhadores e do setor privado e órgãos afins da administração municipal.
10. Ampliar a malha urbana de ciclorotas de serviço e de lazer nas áreas turísticas e periféricas da cidade.
11. Realizar a requalificação viária do centro da cidade com a criação de calçadas e o alargamento de calçadas nas principais ruas.
12. Fomentar a cultura do uso da bicicleta e do caminhar na cidade com atividades educativas e vivências no âmbito escolar e incentivo aos servidores públicos utilizarem modais a propulsão humana.
13. Implantar sistema de aluguel de bicicletas aliado ao sistema de transporte público com foco na intermodalidade.

INFRAESTRUTURA URBANA

Propostas:

1. Viabilizar recursos para um abrangente programa de pavimentação, manutenção dos pavimentos e recapeamento de vias.
2. Implantar, no âmbito da Emurb, serviço específico de manutenção de logradouros (praças, parques, orlas etc) para evitar a deterioração e, conseqüentemente, o desperdício do dinheiro público.

3. Construir e fazer a manutenção periódica da infraestrutura de micro e macrodrenagem, priorizando as comunidades em vulnerabilidades de alagamentos.
4. Implantar o programa Espaço Social Comunitário (ESC) que consiste na adequação de espaços urbanos para o uso dinâmico em ações de fomento ao empreendedorismo, ao uso de tecnologias de informação e ao fomento às novas tecnologias sociais e culturais, de forma a privilegiar o protagonismo comunitário.

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Propostas:

1. Arborizar a cidade, privilegiando a vegetação nativa e árvores frutíferas, substituindo as plantas exóticas e gerando corredores ecológicos urbanos interligando os parques e áreas verdes já existentes.
2. Promover a restauração florestal e delimitar as Áreas de Preservação Permanente (APP) dos rios que percorrem o território da cidade.
3. Criar o Jardim Botânico de Aracaju no Parque da Sementeira, integrado a um herbário, como um ambiente de visitação, envolto de conteúdo científico, para que os jovens aracajuanos conheçam o seu ambiente natural e o processo de modificação através dos tempos.
4. Elaborar o Atlas Ambiental de Aracaju, com o mapeamento das áreas degradadas do município, para subsidiar ações de planejamento, educação e licenciamento.
5. Implementar a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) com a finalidade de promover a responsabilidade socioambiental e a adoção de procedimentos, referenciais de sustentabilidade e critérios socioambientais nas atividades do setor público.
6. Utilizar tecnologias limpas e renováveis nos novos prédios públicos municipais e, progressivamente, nos antigos, nos moldes da Agenda Pública para a Sustentabilidade.
7. Estabelecer como princípio nas compras públicas a prioridade para produtos sustentáveis.

8. Criar mecanismos de regularização e proteção para animais domésticos, entre elas campanhas de esclarecimentos sobre cuidados e proteção.
9. Incentivar a utilização de água de reuso junto a grandes consumidores de água como indústrias, comércio, condomínios residenciais e obras da construção civil.
10. Incentivar o aproveitamento de água de chuva em imóveis residenciais e comerciais.
11. Atuar de maneira integrada na regularização urbanística e ambiental de loteamentos e núcleos habitacionais.
12. Elaborar uma lista própria de empreendimentos de baixo impacto atendendo a nova Lei de Liberdade Econômica.
13. Elaborar e implantar um Plano de Educação Socioambiental, no intuito de esclarecer a população do município o caráter indissociável desses temas, incorporando as ações de Educação Ambiental nas secretarias municipais de Educação, Saúde, Meio Ambiente e na Emsurb, com foco no processo educativo infanto-juvenil.

SERVIÇOS URBANOS E ZELADORIA

Propostas:

1. Implantar programa de coleta seletiva de resíduos sólidos.
2. Viabilizar a reciclagem de matéria orgânica, produzindo material a ser utilizado na adubação das áreas verdes da cidade.
3. Viabilizar usina de trituração de resíduos da construção civil, produzindo material para pavimentar logradouros e reduzindo substancialmente o custo atual para sua destinação.
4. Ampliar o programa Cata Treco com a participação das Cooperativas de Materiais na realização da atividade e intensa campanha de educação ambiental em áreas críticas.
5. Instalar rede de monitoramento hidrometeorológico de prevenção a inundações na sub-bacia do Poxim.
6. Viabilizar a construção de um Cemitério Municipal na Zona de Expansão Urbana.

ECONOMIA URBANA E DESENVOLVIMENTO

Propostas:

- 1.** Construir, de forma participativa, o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico para apontar ações visando a melhoria do ambiente de negócios, favorecendo a atração e o crescimento do investimento privado; a promoção do empreendedorismo; o apoio prioritário ao microempreendedor individual e à micro e pequena empresa; e o fomento à economia criativa.
- 2.** Promover a simplificação de procedimentos com a agilização dos atos de competência municipal, sobretudo as emissões de licenças e alvarás.
- 3.** Criar o Fundo de Aval de Aracaju para facilitar e alavancar operações de crédito junto ao mercado financeiro, com juros baixos e avalizadas por este fundo, permitindo que empreendedores de micro e pequeno porte com dificuldade de fornecer garantias possam ter acesso a linhas de crédito.
- 4.** Reativar o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o objetivo primeiro de elaborar e acompanhar a política municipal de ciência, tecnologia e inovação.
- 5.** Transformar a Fundat em uma agência de fomento ao empreendedorismo e à inovação, cabendo promover a economia criativa (em articulação com a Funcaju), incentivar a organização de Arranjos Produtivos Locais nas comunidades mais carentes da cidade e fomentar a criação de pequenas unidades produtivas (industriais e de serviços) e de incubadoras de negócios populares nos bairros mais carentes da cidade.
- 6.** Implantar uma política municipal de compras governamentais, privilegiando as aquisições de micro e pequenos negócios.
- 7.** Valorizar o comércio de bairros, investindo na urbanização e na mobilidade, implantando estacionamento rotativo e instalando sistema de videomonitoramento para melhorar a segurança dessas áreas.
- 8.** Inserção e fomento à Agricultura Urbana, fortalecendo os laços comunitários, o sentido de coletividade e o resgate das técnicas agrícolas de cultivos de ervas medicinais e hortaliças, ocupando a terra urbana ociosa e improdutiva.

TURISMO

Propostas:

- 1.** Elaborar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico e o Plano de Marketing do Turismo de Aracaju, garantindo ampla participação e aprovação final pelo Conselho Municipal de Turismo.
- 2.** Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo, focando no monitoramento das ações do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Aracaju.
- 3.** Criar o Fundo Municipal do Turismo destinado a financiar projetos setoriais, que receberá recursos provenientes dos tributos municipais arrecadados das empresas do setor, de convênios com entes públicos e de parcerias com outras instituições e com o setor privado.
- 4.** Elaborar o Inventário da Oferta Turística em parceria com as instituições de ensino superior da cidade.
- 5.** Firmar parcerias com os principais destinos do Estado (Litoral Sul, Foz do Rio São Francisco e Xingó) para a execução de um plano de cooperação regional que potencialize a permanência do turista em Sergipe.
- 6.** Organizar a departamentalização do órgão oficial de turismo do município, estruturado áreas de pesquisa e planejamento, promoção e marketing, inovação e desenvolvimento de produtos.
- 7.** Organizar um canal digital de sistematização e distribuição de informação turística qualificada, possibilitando ao turista e aos diversos profissionais do setor utilizarem como referência.
- 8.** Ampliar os investimentos de promoção do destino (comunicação digital, participação em feiras, caravanas, fam press, visitas de blogueiros etc) em parceria com o trade turístico e o governo estadual.
- 9.** Firmar parceria com o Sergipe Destination para efetuar investimentos na captação eventos e promoção do destino.
- 10.** Implantar programa de qualificação profissional em turismo alinhado à Política Nacional de Qualificação em Turismo e dirigido aos diversos segmentos da atividade.
- 11.** Elaborar e manter atualizado o Calendário Anual de Eventos de Aracaju, garantindo previsibilidade e facilitando a atração de turistas.
- 12.** Ampliar a sinalização turística da cidade.

13. Somar-se ao governo estadual nas tratativas com as companhias aéreas visando a ampliação da oferta de voos para Aracaju.

GESTÃO, PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL

Propostas:

1. Reimplantar o Orçamento Participativo enquanto instrumento que permita ao cidadão participar da decisão sobre onde e como o dinheiro público será empregado.
2. Fortalecer os canais de participação popular (conselhos, comitês e fóruns) e utilizar aplicativos móveis para aumentar a interação entre a sociedade e a administração municipal, potencializando a gestão participativa e aumentando o protagonismo do cidadão enquanto agente apto a atuar na formulação e no acompanhamento de políticas públicas.
3. Adoção de um Plano de Metas, com alcance de 4 anos, contendo objetivos previstos para todas as áreas da gestão, metas e prazos, a partir de processos participativos de planejamento, monitoramento e avaliação da gestão.
4. Cumprir as leis de transparência, dando publicidade e permitindo fácil acesso através da Internet a todos os atos e dados da gestão.
5. Modernizar a gestão pública municipal ampliando a oferta de serviços digitais e promovendo a desburocratização das atividades.
6. Valorizar o servidor público municipal, investindo em programas de qualificação permanente e buscando recuperar as perdas salariais.

SAÚDE

Propostas:

1. Implementar uma rede de assistência pautada nos princípios do SUS – universalidade, integralidade, equidade e descentralização -, que tenha a Atenção Primária à Saúde como coordenadora e principal porta de entrada no sistema, acolhendo as necessidades de saúde.

2. Constituir a Rede de Saúde Bucal do Município de Aracaju de forma a integrar os serviços odontológicos dentro dos três níveis de atenção (Primária, Especializada e Hospitalar) às demais Redes de Saúde.
3. Reestruturar a Rede de Atenção aos Pacientes com Transtorno Mental de forma a integrar os serviços em todos os níveis de atenção.
4. Implantar uma política de Atenção Especializada com a estruturação de Centros de Diagnóstico, respeitando os princípios do SUS, ofertando assistência integral através de linhas de cuidado definidas para diagnosticar e tratar patologias mais frequentes, inclusive utilizando novas tecnologias, para os grupos: a) com doenças crônicas não transmissíveis, como doenças cardiovasculares, diabetes, obesidade, câncer (próstata, mama e de útero); b) com doenças respiratórias crônicas; c) com sequelas decorrentes da covid-19; d) acometidos pelas arboviroses (zika vírus, chikungunya e dengue) e por doenças negligenciadas, tais como esquistossomose e Leishmaniose; e) com doenças dermatológicas; e f) com doenças transmissíveis (DST, HIV, Tuberculose, Hanseníase).
5. Compor as linhas de cuidado dos grupos prioritários: idoso, mulher, criança e pessoas com transtorno mental.
6. Reestruturar a política de Vigilância Sanitária, articulando com as outras redes, para produzir o fortalecimento das ações de vigilância, prevenção e controle das doenças transmissíveis, das doenças crônicas não transmissíveis, dos acidentes e violências, das populações expostas a riscos ambientais em saúde, e da saúde do trabalhador.
7. Reestruturar a política de Atenção Hospitalar para dar continuidade às linhas de cuidado e compor as ofertas das Redes Assistenciais e Temáticas de Atenção à Saúde: a) identificando as áreas de desequilíbrio entre oferta e demanda para a atenção hospitalar de média e alta complexidade; b) buscando equalizar as ofertas nos leitos clínicos, obstétricos, pediátricos e de UTI de acordo com a necessidade; c) articulando as unidades assistenciais em co-gestão de modo a garantir ofertas complementares entre os hospitais.
8. Redimensionar a política da Rede de Urgência e Emergência levando em consideração o adensamento populacional para planejar a sua composição e reestruturação.

9. Redefinir o papel das unidades de urgência do município – Nestor Piva e Fernando Franco -, com a ressignificação da missão destes espaços, revisão do plano da rede de urgência, ampliação dos leitos de retaguarda e estruturação do transporte intra-hospitalar para promover maior agilidade quanto à ocupação dos leitos de retaguarda.
10. Ampliar a utilização do sistema de gestão, que inclui o prontuário eletrônico, implantando em todas as redes assistenciais, visando facilitar os processos de referência e contrarreferência e melhorar a informação, registro e comunicação.
11. Estabelecer transparência na gestão da Saúde, reestruturando o Controle, Regulação e Auditoria da Secretaria, com vistas a melhoria na prestação dos serviços e exames especializados, assim como o financiamento e custeio dos serviços de saúde produzidos.
12. Criar um ambiente organizacional que seja favorável à realização do trabalho, com o incentivo à participação dos trabalhadores, e foco na qualidade técnica e satisfação destes com o trabalho.
13. Implantar projetos de incentivo, valorização e cuidado do trabalhador da Saúde.
14. Reafirmar a instância de Controle Social na saúde como espaço democrático de participação popular, garantindo a possibilidade da participação de todos, realizando periodicamente capacitações e fóruns para os segmentos de usuários, trabalhadores e gestores.
15. Por meio da política de Comunicação da Saúde construir canais sólidos de diálogo com usuários dos serviços, de modo que todos tenham conhecimento de onde e como acessar os serviços oferecidos, bem como ter suas dúvidas e questionamentos respondidos de forma clara e resolutiva.

CULTURA

Propostas:

1. Criar a lei que institui o Sistema Municipal de Cultura.
2. Convocar a Conferência Municipal de Cultura (instância de formulação da política cultural de Aracaju).

3. Instalar o Conselho Municipal de Políticas Culturais (instância de representação paritária do poder público e da sociedade).
4. Elaborar o Plano Municipal de Cultura com horizonte de dez anos.
5. Criar o Fundo Municipal de Cultura destinado a financiar projetos setoriais, que receberá recursos provenientes dos tributos municipais arrecadados das empresas do setor, de convênios com entes públicos e de parcerias com outras instituições e com o setor privado.
6. Implantar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC).
7. Ampliar as ações da Escola de Artes Valdice Teles, implantando núcleos em bairros estratégicos da cidade, inserindo a formação em mais linguagens artísticas, em culturas urbanas e culturas tradicionais, e implantando o Núcleo de Economia Criativa.
8. Promover oficinas culturais e artísticas nos bairros.
9. Integrar as ações de Cultura com as áreas da Educação e da Assistência Social, visando uma formação sociocultural e socioeducativa.
10. Fomentar a produção cultural por meio de editais, com ênfase na música, literatura, artes cênicas, artes visuais, audiovisual, artes urbanas e culturas tradicionais.
11. Apoiar a circulação de espetáculos de música, artes cênicas, e de exposições de artes visuais, pelo estado de Sergipe e para outras partes do país e exterior.
12. Apoiar o intercâmbio artístico e cultural em suas diversas formas.
13. Viabilizar recursos e parcerias para a restauração do Palácio Inácio Barbosa, transformando-o em um espaço cultural, abrigando a Pinacoteca Municipal, sediando a Funcaju e a Escola de Artes Valdice Teles.
14. Viabilizar melhorias nas instalações e as digitalizações dos acervos das bibliotecas municipais (Clodomir Silva, Ivone de Menezes e Mário Cabral).
15. Reformar o Mirante da 13 de Julho e retomar as atividades de exposições temáticas, visita pública e apresentações artísticas.

16. Apoiar o Carnaval de Rua de Aracaju e o fortalecimento dos Blocos Afro.
17. Adotar critério de cotas raciais para a Cultura Negra nos eventos e editais de iniciativa da administração municipal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Propostas:

1. Defender de modo intransigente o SUAS e reconhecer sua importância enquanto sistema responsável por serviços essenciais.
2. Garantir orçamento municipal suficiente e regular para o SUAS, bem como a defesa do cofinanciamento nas outras duas esferas de governo.
3. Reforçar a pactuação federativa e respeitar os órgãos colegiados de pactuação intergestores, reconhecendo e valorizando o papel de cada esfera administrativa, buscando garantir a sanidade institucional, sobretudo para enfrentar os desafios do período pós-pandemia de covid-19.
4. Reestruturar a Secretaria Municipal de Assistência Social, com foco na operacionalização do SUAS e desmembrando as políticas de Habitação de Interesse Social, de Direitos Humanos e as políticas transversais e afirmativas para órgãos próprios.
5. Garantir as condições estruturais e de logística para a manutenção dos equipamentos e o bom funcionamento dos serviços.
6. Garantir o Controle Social, reconhecendo, respeitando e apoiando o papel dos conselhos e a participação popular na tomada de decisões.
7. Promover a intersetorialidade, reconhecendo que cada setor (com seus profissionais) tem um papel a desempenhar, mas que somente a sinergia entre conseguirá a superação dos desafios que se apresentam.
8. Promover ações para elevar a consciência social da população, disseminando informações fidedignas de forma clara e compreensível para os que mais precisam e mostrando a importância da defesa das políticas sociais como garantidoras de direitos, propiciando o reconhecimento da população quanto à importância dos sistemas

públicos e das políticas sociais enquanto garantidores da defesa da vida das populações, particularmente dos grupos mais vulneráveis.

9. Fomentar o Programa Humaniza SUAS Aracaju voltado para a adequação da ambiência (espaço físico e processos de trabalho) das unidades socioassistenciais, lançando mão de tecnologias leves (relacionais) para tornar o ambiente das unidades mais acolhedores e resolutivos.
10. Aumentar a resolutividade na área da proteção social básica, investindo nos insumos, adaptações e manutenções dos equipamentos para aumento da participação popular, dos níveis de fortalecimento de vínculos familiar e comunitário, do acesso a direitos, dos encaminhamentos às proteções e consequente diminuição das violências.
11. Fortalecer a inteligência da gestão por meio da implantação de um sistema integrado com funcionalidades suficientes para promover a automação das atividades meio e fim, além de proporcionar informações de apoio à decisão.
12. Estruturar a área de comunicação para atender demandas de mobilização, informação e interação com a população, além de produzir ferramentas como cartilhas, panfletos, cartazes, documentários, vídeos, podcasts etc, cuidadosamente elaborados e ilustrados.
13. Promover e resgatar eventos, enquanto instrumentos importantes para socialização, integração e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, além de serem momentos de aprendizagem das temáticas trabalhadas e aferição, por parte da equipe técnica, dos possíveis resultados do que se foi trabalhado.
14. Reestruturar a Vigilância Socioassistencial com garantia de estrutura informatizada e uma equipe adequada, em quantidade e capacidade para realizar estudo de indicadores e análises de dados para encaminhamentos de ações.
15. Fortalecer a Assistência Social Básica por meio de um vasto conjunto de ações, como ampliação das equipes visando mais atendimentos, implantação de novos serviços, construção e manutenção de equipamentos.

16. Ampliar as ações da Proteção Social Especial de média e de alta complexidade.
17. Promover ampla reestruturação da gestão do trabalho e da educação permanente dos trabalhadores do SUAS.
18. Implantar o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, utilizando estratégias para atender às necessidades emergenciais de insegurança alimentar, para além da provisão de cestas básicas, tais como restaurante popular, cozinhas comunitárias, incentivo à agricultura familiar e hortas comunitárias.

EDUCAÇÃO

Propostas:

1. Possibilitar a participação sistemática dos setores sociais (professores, estudantes, pais e funcionários) nas deliberações da Política Municipal de Educação.
2. Fortalecer os Conselhos Escolares com a participação efetiva daqueles que constroem o ambiente escolar (professores, estudantes, funcionários e pais dos alunos), realizando plenárias por segmentos e plenárias do colegiado, a fim de deliberarem sobre o projeto pedagógico e as ações administrativas.
3. Proporcionar às unidades escolares autonomia pedagógica de acordo com o que estabelece a legislação de ensino e o Plano Municipal de Educação, objetivando o resgate das particularidades de cada unidade de ensino.
4. Assegurar, no Plano de Carreira do Magistério, a atualização do piso salarial e uma política de remuneração que assegure equilíbrio entre os docentes de acordo com a sua qualificação profissional.
5. Proporcionar uma política de formação continuada a partir das demandas e necessidades das unidades de ensino, transformando o Centro de Formação em um espaço de estudos e encontros de troca de experiências e vivências dos profissionais da Educação.
6. Promover o incentivo à carreira e uma política de formação inicial e continuada para os profissionais da Educação que dão sustentação ao trabalho docente (secretário escolar, técnico em merenda escolar, técnico em multimeio, técnico na higienização da escola).

7. Promover uma ampla mobilização da sociedade visando a alfabetização de jovens e adultos.
8. Promover parcerias com as comunidades onde as escolas estão inseridas, transformando-as em espaços de produção, acesso e difusão dos bens culturais, e de integração com a comunidade.
9. Assegurar as condições de integração da escola com os vários espaços da cidade, que são primordiais para entender o passado, a realidade vivida e os desafios do futuro, através de visitas aos museus, aos pontos de memória da cidade, aos locais onde os recursos naturais ainda são preservados, s exposições, cinema, teatro etc.
10. Manter as unidades de ensino equipadas com material didático-pedagógico e com os instrumentos necessários para a inclusão digital de professores, funcionários e estudantes.
11. Implantar um programa de educação de jovens e adultos que garanta qualidade, numa perspectiva da profissionalização dos alunos.
12. Manter uma política de trabalho e articulação permanente com os profissionais do SUS e do SUAS.
13. Proporcionar condições para que crianças e adolescentes frequentem as creches, pré-escolas e o ensino fundamental, em jornada mínima de 6h diárias.
14. Fortalecer o ensino da língua estrangeira objetivando a efetiva aprendizagem dos nossos estudantes, a partir de uma concepção e uma metodologia construídas a partir de uma ampla discussão com os professores de língua estrangeira da rede municipal, assegurando o suporte pedagógico necessário ao processo de ensino-aprendizagem.
15. Buscar a universalização da educação infantil (creche e pré-escola) com jornada parcial e jornada integral.
16. Implementar projetos em parceria com a sociedade que visem o enfrentamento ao racismo estrutural, a busca pela igualdade de gênero e pelo respeito à diversidade, na perspectiva da justiça social do cidadão e da cidadã como sujeitos de direitos.
17. Promover parceria com as universidades e organizações da sociedade, potencializando as escolas municipais como um espaço de descoberta, de criatividade, de pesquisa e de domínio da técnica e da tecnologia.

SEGURANÇA PÚBLICA

Propostas:

1. Construir o Plano Municipal de Segurança Pública a partir de um diagnóstico inicial baseado nos dados disponíveis acerca da criminalidade violenta e não violenta no município.
2. Instalar, sob o comando direto do próprio prefeito, o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), para articular uma política ampliada e preventiva de segurança para o município de forma integrada.
3. Implantar uma central de monitoramento para subsidiar e integrar as ações da Guarda Municipal, SMTT e Defesa Civil.
4. Estabelecer mecanismo permanente de gestão das informações e dados criminais e valer-se de dados estatísticos para orientação da gestão da segurança nos diversos territórios do município.
5. Estimular a notificação compulsória de delitos a partir dos serviços municipais de Saúde.
6. Propor criação de grupo de trabalho intermunicipal para planejar a segurança da Região Metropolitana de Aracaju, ampliando e compartilhando ações, como estratégias de monitoramento e treinamentos conjuntos.
7. Reorganizar e preparar institucionalmente a Guarda Municipal para eventuais funções de polícia municipal, com atuação preventiva e comunitária.
8. Estabelecer as “rondas cidadãs” para tornar o policiamento municipal visível e presente.
9. Mobilizar a presença da Guarda Municipal nos momentos de entrada e saída escolares, do lado de fora e nos arredores da escola.
10. Abrir as escolas e outros espaços municipais nos finais de semana para atividades comunitárias, sob os cuidados da Guarda Municipal.
11. Implantar um programa municipal de mediação de conflitos e treinar a Guarda Municipal para utilizar este instrumento.
12. Reforçar os meios para uma atuação eficiente e democrática dos Conselhos Tutelares, atenta aos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

13. Estimular o estabelecimento de Comitês de Defesa Comunitária nos diferentes territórios da cidade e atrair as mulheres para as tarefas de defesa comunitária.
14. Atuar para fortalecer os Fóruns Municipais de Segurança já existentes.
15. Valer-se do poder administrativo de polícia, quando couber, para garantir intervenções capazes de auxiliar no controle da conflitualidade e violência criminal.
16. Reforçar a Defesa Civil e construir plano de contingência e evacuação de áreas de risco.

MULHERES

Propostas:

1. Promover políticas de ações afirmativas no mundo do trabalho que reforcem a condição das mulheres como sujeitos sociais e políticos, considerando dimensões étnicas, raciais, geracionais e orientação sexual.
2. Aumentar significativamente vagas em creches públicas e para crianças de 4 meses a 5 anos, em tempo integral.
3. Promover políticas de geração de trabalho e renda e de economia solidária para associações e grupos de mulheres das comunidades e povos tradicionais, mulheres ciganas, mulheres com deficiência e inserção no mercado de trabalho das mulheres em regime semiaberto e egressas do sistema prisional.
4. Garantir a criação de mecanismos de igualdade de cargos e salários na administração pública municipal.
5. Proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado, integral e qualificado nos serviços especializados e na rede de atendimento.
6. Fortalecer a Patrulha Maria da Penha, dando visibilidade e estrutura para funcionamento.
7. Resgatar e implantar os serviços especializados previstos na Lei Maria da Penha e outras legislações (Abuso Sexual, Violência Sexual, Notificação Obrigatória da Violência, Feminicídio, Portarias do SUS).
8. Promover a assistência integral às mulheres que sofrem de violência doméstica e sexual e às meninas que sofrem abuso sexual, ampliando

e estruturando serviços especializados de atendimento nos CREAS, Casa Abrigo e Unidades de Saúde.

9. Contribuir para a redução da morbidade e mortalidade feminina, especialmente por causas evitáveis, em todas as fases do seu ciclo de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie.
10. Aprimorar as campanhas de educação para a saúde e prevenção às doenças que afetam mulheres e todos os métodos disponíveis de prevenção e contracepção e contra o racismo institucional.
11. Fortalecer ação da sociedade civil organizada, visando a relação pacífica entre as diferentes religiões e o reconhecimento das religiões de matriz africana, onde predominam mulheres negras.
12. Promover o acesso das mulheres à moradia digna, construída em local apropriado, saudável e seguro, titulada, com qualidade de condições materiais e técnicas construtivas, dotadas de energia elétrica convencional ou alternativa, infraestrutura e acesso a bens, serviços públicos e equipamentos sociais.
13. Promover campanhas pela igualdade de gênero, com temas como divisão igualitária do trabalho doméstico, enfrentamento à violência no meio virtual, combate à exploração e ao abuso sexual de meninas e mulheres, ao racismo, à lesbofobia, ao preconceito de gênero e ao feminicídio.
14. Promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres no espaço de poder e decisão.

JUVENTUDES

Propostas:

1. Elaborar o Plano Municipal de Juventude por meio de um processo amplamente participativo e em consonância com o Plano Nacional de Juventude, o Estatuto da Juventude e dados/indicadores do Observatório Social do município.
2. Restabelecer o Conselho Municipal de Juventude de Aracaju visando a formulação, fiscalização e execução de políticas de juventudes.
3. Incentivar e apoiar as diversas iniciativas de movimentos e organizações juvenis em suas atividades e projetos, por meio de editais públicos e da participação na gestão de equipamentos de interesse da juventude.

4. Ampliar a Educação de Jovens e Adultos e a erradicação do analfabetismo e construir políticas de apoio complementares para o acesso ao ensino superior.
5. Promover, diretamente ou por meio de parcerias, a oferta de educação tecnológica e profissionalizante, e de educação cultural, desportiva e cidadã.
6. Privilegiar o acesso de jovens aos programas de crédito e de promoção do empreendedorismo, do cooperativismo e da economia solidária aqui propostos, sobretudo relacionados com a economia criativa.
7. Promover, por meio da Fundat, a qualificação profissional dos jovens que atuam em atividades informais (como DJs, motoboys, web designers etc) e incentivar sua formalização como MEI (Microempreendedor Individual).
8. Ampliar a aplicação local do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, em parceria com empresas e entidades representativas do setor, para proporcionar a inclusão dos jovens no mercado de trabalho.
9. Implantar e qualificar na Saúde pública municipal uma rede de cuidado para os jovens, com ênfase na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, em ações de esclarecimento e prevenção da gravidez indesejada, na saúde sexual e reprodutiva, no tratamento e prevenção ao consumo de drogas, no incentivo às jovens mulheres para realização de exames ginecológicos, na prevenção e combate à obesidade, e na atenção psicossocial.
10. Privilegiar a participação dos jovens nos programas e projetos culturais e artísticos aqui propostos.
11. Fomentar e apoiar eventos culturais, esportivos e recreativos, em especial nas periferias aracajuanas.
12. Realizar campanhas e ações afirmativas de combate ao racismo e de valorização da juventude negra.

POPULAÇÃO LGBTQI+

Propostas:

1. Incorporar as principais demandas da população LGBTQI+ como a saúde integral na rede de assistência municipal e o respeito e

valorização das pessoas LGBTQI+, em todas as políticas públicas municipais.

2. Implantar e qualificar na Saúde pública municipal uma rede de cuidado para a população LGBTQI+.
3. Incluir a população LGBTQI+ em programas de qualificação profissional e geração de trabalho e renda para fazer frente à discriminação e lgbtfobia no mercado de trabalho.
4. Promover iniciativas de orientação e conscientização da população sobre os direitos e a terminologia utilizada pelo movimento LGBTQI+.
5. Criar o Conselho Municipal da População LGBTQI+, a quem caberá elaborar e acompanhar a execução do Plano Municipal de Políticas Públicas para a população LGBTQI+.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E COMBATE AO RACISMO

Propostas:

1. Criar o Sistema Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SIMPIR) e o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial.
2. Privilegiar a dimensão etnicorracial nos programas de crédito e de promoção do empreendedorismo, do cooperativismo e da economia solidária aqui propostos.
3. Propor sistema de incentivo para empresas que promovam a igualdade racial.
4. Promover campanhas em favor da inclusão e da igualdade de oportunidades e de remuneração da população negra, comunidades tradicionais (quilombolas, comunidades tradicionais de terreiro, pescadores artesanais, marisqueiras) com destaque para juventude e mulheres negras.
5. Estimular o acesso, a permanência e a melhoria do desempenho de crianças, adolescentes, jovens e adultos das populações negras, comunidades tradicionais (quilombolas, comunidades tradicionais de terreiro, pescadores artesanais, marisqueiras) nos níveis da educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos, além de promover formas de combate ao analfabetismo, de redução da evasão escolar e da defasagem idade-série dos alunos.
6. Ampliar o acesso das populações negras, comunidades tradicionais (quilombolas, comunidades tradicionais de terreiro,

pescadores artesanais, marisqueiras), com qualidade e humanização, a todos os níveis de atenção à Saúde, priorizando a questão de gênero e idade.

7. Garantir a preservação do patrimônio cultural material e imaterial, assim como a inclusão dos marcos históricos significativos no calendário de eventos da cidade, das diversas etnias e grupos discriminados.
8. Atuar na garantia das manifestações públicas de valorização da pluralidade religiosa e no combate ao racismo e à intolerância religiosa, sobretudo relacionados com as religiões de matriz africana.
9. Estimular ações de segurança pública voltadas para a proteção de jovens negros e que atendam à especificidade das populações negras e das comunidades tradicionais (quilombolas, comunidades tradicionais de terreiro, pescadores artesanais, marisqueiras).
10. Fortalecer as ações de combate à pobreza e à fome, incorporando a perspectiva etnicorracial e de gênero em todas as ações de assistência social, de segurança alimentar e nutricional, e nos programas de transferência condicionada de renda do Governo Federal, com prioridade às mulheres chefes de família.